

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais)

1 Contexto operacional

A companhia com sede no município de Jose Bonifácio, Estado de São Paulo, tem como atividade preponderante o cultivo da cultura da cana-de-açúcar, cuja produção é vendida em condições específicas definidas entre as partes e preferencialmente à companhia Açucareira Virgolino de Oliveira S.A. – Em Recuperação Judicial, (pertencente ao mesmo Grupo), que exerce a atividade industrial. A companhia possui uma filial com o mesmo objeto social no município de Monções, Estado de São Paulo.

O exercício social da companhia compreende o período de 1 de maio a 30 de abril do ano seguinte. Essas demonstrações financeiras compreendem o período societário de 12 (doze) meses findos em 30 de abril de 2024.

Em 28 de maio de 2021 a companhia entrou com pedido de Recuperação Judicial, junto à Justiça Estadual do município de Santa Adélia, Estado de São Paulo, ao amparo das Leis 11.101/2005 e 14.112/2020; tendo obtido a sua homologação desse pedido em 8 de junho de 2021.

Em 11 de julho de 2022, ocorreu a Assembleia Geral de Credores, e o resultado dessa assembleia, apresentou votos favoráveis nos seguintes patamares: (i) 37,76% dos Credores Trabalhistas – CLASSE I; (ii) 72,73% por credor e 82,38% por valor dos Créditos com Garantia Real – CLASSE II; (iii) 58,82% por credor e 91,55% por valor dos Créditos Quirografários – CLASSE III; e (iv) 72,92% por credor Microempresa e Empresas de pequeno porte – CLASSE IV.

Em 8 de dezembro de 2022, foi homologada a Recuperação Judicial.

Em 1 de fevereiro de 2023, a empresa e o grupo ao qual pertence, firmaram o Termo de Transação Individual com a Procuradoria Geral da Fazenda Nacional, no qual todo passivo fiscal tributário será liquidado. Os tributos em atraso estão sendo consolidados pela Procuradoria Geral da Fazenda Nacional. Por esse acordo, alinhado ao Plano de Recuperação Judicial homologado, haverá um pagamento inicial com recursos financeiros no montante de R\$ 53.215, já retidos e destinados para esse fim, nos autos do processo da Recuperação Judicial 1000626-29.2021.8.26.0531, além disso haverá a possibilidade da utilização de saldos de Prejuízos fiscais e de Bases Negativas da Contribuição Social, e parcela final da transação será liquidada com recursos obtidos na venda da UPI Usina Catanduva, que garantirá a operação até a sua liquidação final.

2 RESUMO DAS PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

2.1 Base de elaboração

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. Essas práticas contábeis compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira, nos pronunciamentos, orientações e interpretações técnicos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC, aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários CVM.

As demonstrações financeiras foram elaboradas utilizando-se o custo histórico como base de valor, exceto pela valorização do ativo biológico, mensurado pelo seu valor justo conforme descrito adiante, e de outros ativos e passivos, quando aplicável. O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de ativos.

As práticas contábeis adotadas nessas demonstrações financeiras estão consistentes com aquelas aplicadas no encerramento do exercício anterior, salvo, se for o caso, disposição em contrário, conforme os termos de divulgação descritos nesse relatório.

2.2 Moeda funcional e moeda de apresentação

Os itens incluídos nas demonstrações são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico no qual a empresa atua (“a moeda funcional”). As demonstrações financeiras estão apresentadas em milhares de R\$ (reais), que é a moeda funcional e, também, a moeda de apresentação da Companhia.

2.3 Transações, saldos e conversões em moeda estrangeira

As transações em moeda estrangeira são contabilizadas pela taxa de câmbio do dia da transação. Ativos e passivos denominados em moedas estrangeiras são convertidos utilizando-se da taxa de câmbio na data das demonstrações financeiras e as respectivas variações cambiais são reconhecidas nas demonstrações do resultado à medida que ocorrem. Considera-se como em moeda estrangeira qualquer transação em moeda diferente da moeda funcional da Companhia (no caso o R\$ - Real).

As variações cambiais sobre itens monetários são reconhecidas no resultado do exercício em que ocorrerem, exceto:

- a) Variações cambiais decorrentes de empréstimos e financiamentos em moeda estrangeira relacionados a ativos em construção para uso produtivo futuro, que estão inclusas no custo desses ativos quando consideradas como ajustes aos custos com juros dos referidos empréstimos;
- b) Variações cambiais decorrentes de transações em moeda estrangeira designadas para proteção (hedge) contra riscos de mudanças nas taxas de câmbio; e;
- c) Variações cambiais sobre itens monetários a receber ou a pagar com relação a uma operação no exterior cuja liquidação não é estimada, tampouco tem probabilidade de ocorrer (e que, portanto, faz parte do investimento líquido na operação no exterior) reconhecidas inicialmente em “Outros resultados abrangentes” e reclassificadas do patrimônio líquido para o resultado da amortização e itens monetários.

Todos os outros ganhos e perdas cambiais, incluindo os ganhos e as perdas cambiais relacionados com empréstimos, caixa e equivalentes de caixa são apresentados na demonstração do resultado como receita ou despesa financeira.

Para fins de apresentação das demonstrações financeiras, os ativos e passivos das operações da Companhia no exterior são convertidos para reais, utilizando as taxas de câmbio vigentes nas datas das demonstrações financeiras. Os resultados são convertidos pelas taxas de câmbio médias do exercício, a menos que as taxas de câmbio tenham flutuado significativamente durante o exercício; neste caso, são utilizadas as taxas de câmbio da data da transação. As variações cambiais resultantes dessas conversões, se houver, são classificadas em Outros resultados abrangentes e acumuladas no Patrimônio líquido, sendo atribuídas às participações dos acionistas não controladores conforme apropriado.

2.4 Ativo imobilizado

Registrado ao custo de aquisição, formação ou construção, menos a depreciação acumulada, exceto para os terrenos, que não sofrem depreciação. A depreciação é calculada pelo método linear com base na vida útil estimada dos bens. Os juros incidentes sobre empréstimos e financiamentos são capitalizados às obras em andamento.

Um item do imobilizado é baixado após alienação ou quando não há benefícios econômicos futuros resultantes do uso contínuo do ativo. Quaisquer ganhos ou perdas na venda ou baixa de um item do imobilizado são determinados pela diferença entre os valores recebidos na venda e o valor contábil do ativo e são reconhecidos no resultado.

A Companhia realiza as principais atividades de manutenção programada em suas unidades industriais em bases anuais, com o objetivo de inspecionar e substituir componentes. Gastos com manutenções sem impacto na vida útil-econômica dos ativos são reconhecidos como despesa quando realizados. Itens que se desgastam e substituídos durante a entressafra são ativados (diferidos industriais) por ocasião da reposição respectiva e depreciados durante o período da safra seguinte.

As plantações de cana-de-açúcar (soqueiras) são classificadas como ativo imobilizado, mensuradas pelo custo amortizado e são depreciadas ao longo de seis safras subsequentes, de forma linear, que leva em conta o período de vida útil econômica do canavial.

(i) Vida útil dos bens do ativo imobilizado

A Companhia revisa anualmente a estimativa de vida útil dos bens do ativo imobilizado, no fim de cada exercício social. Nesta revisão a vida útil estimada dos principais bens do ativo imobilizado pode ou não sofrer alterações. Os efeitos provenientes da revisão na estimativa da vida útil de tais bens são reconhecidos prospectivamente nas demonstrações financeiras.

(ii) Depreciação

A depreciação é calculada sobre o valor depreciável, que é o custo de um ativo, ou outro valor substituto do custo, deduzido do valor residual.

A depreciação é reconhecida no resultado baseando-se no método linear em relação às vidas úteis estimadas de cada parte de um item do imobilizado, já que esse método é o que mais reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo. Terrenos não são depreciados.

As taxas médias ponderadas anuais para depreciação dos ativos, são as seguintes:

	Taxa média ponderada
Máquinas e implementos agrícolas	12,22%
Veículos e equipamentos de transportes	12,93%
Outras imobilizações	11,84%

2.5 Ativo biológico

O CPC 29 - Ativo Biológico e Produto Agrícola/ *IAS 41 – Agriculture*, abrange o tratamento contábil das atividades que envolvem ativos biológicos, exceto plantas portadoras ou produtos agrícolas (na época da colheita). O ativo biológico e os respectivos produtos agrícolas devem ser reconhecidos ao valor justo menos as despesas estimadas no ponto de venda e é apresentado no ativo circulante considerando que a maturidade e colheita da cana-de-açúcar é de doze ou dezoito meses, conforme a muda utilizada no plantio.

A metodologia adotada pela Companhia para satisfazer essa exigência de cálculo é a avaliação econômica e financeira do ativo biológico de cana-de-açúcar através do fluxo de caixa descontado. As principais premissas utilizadas para determinar o valor justo do ativo biológico, tais como área produtiva e expectativa de produção, custos de plantio e de manutenção são revisadas anualmente, por ocasião da elaboração do balanço societário; outras estimativas como preços de comercialização dos produtos, são revisados periodicamente. As principais estimativas são: produção e produtividade por área, quantidade de açúcar (sacarose) por tonelada de cana-de-açúcar, preço do açúcar, preço do etanol, custos de plantio e custos de manutenção dos canaviais, taxa de câmbio, gastos com frete, colheita e transporte, além de taxas de juros.

A variação no valor justo do ativo biológico, de forma positiva ou negativa, é reconhecida na demonstração do resultado na rubrica “Custos dos produtos vendidos”. A parcela realizada é decorrente do consumo da porção do valor justo alocado aos estoques em períodos anteriores.

Na apuração do valor justo, a Companhia leva em conta as seguintes considerações:

(i) Metodologia de avaliação

A metodologia utilizada na avaliação econômica e financeira do ativo biológico de cana-de-açúcar é a do fluxo de caixa descontado.

(ii) Taxa de desconto

A taxa de desconto utilizada no cálculo do fluxo de caixa descontado é de 4,28% e representa o custo médio ponderado do capital (WACC), líquido de tributos. Esta taxa é utilizada para ser aplicada aos fluxos de caixas futuros do ativo biológico.

(iii) Visão geral de mercado

A cana-de-açúcar própria tem duas origens distintas: (a) de plantio em terras próprias; e (b) de plantio de terras arrendadas ou mantidas em regime de parceria rural junto a terceiros, sendo a companhia a responsável por toda a atividade agrícola. Esses contratos têm vigência de seis anos (um ciclo, podendo haver renovação).

2.6 Impairment de ativos tangíveis e intangíveis

A Companhia revisa o valor contábil de seus ativos tangíveis e intangíveis para determinar se há alguma indicação de que tais ativos sofreram alguma perda por redução ao valor recuperável. Se houver tal indicação, o montante recuperável do ativo é estimado com a finalidade de mensurar o montante dessa perda. Quando não for possível estimar o montante recuperável de um ativo individualmente, a Companhia calcula o montante recuperável da unidade geradora de caixa à qual pertence o ativo. Quando uma base de alocação razoável e consistente pode ser identificada, os ativos corporativos também são alocados às unidades geradoras de caixa individuais ou ao menor grupo de unidades geradoras de caixa para o qual uma base de alocação razoável e consistente possa ser identificada.

2.7 Provisões tributárias, trabalhistas, cíveis e ambientais

A Companhia reconhece uma provisão somente quando existe uma obrigação presente (legal ou presumida) como resultado de um evento passado, quando é provável que o pagamento de recursos deva ser requerido para liquidar a obrigação e quando a estimativa pode ser feita de forma confiável para a provisão. Quando alguma dessas características não é atendida, não se reconhece uma provisão.

A Companhia constitui provisões para fazer face a desembolsos futuros que possam decorrer de ações judiciais em curso de naturezas cível, ambiental, tributária e trabalhista. As provisões são constituídas a partir de uma análise, efetuada pelos assessores jurídicos da Companhia, internos e/ou externos, dos processos judiciais em curso e das perspectivas de desfecho com resultado desfavorável implicando um desembolso futuro. Eventuais contingências ativas não são reconhecidas até que as ações sejam transitadas em julgado com posição favorável a Companhia, em caráter definitivo e quando é certo que esta irá realizar o ativo. Os tributos cuja exigibilidade está sendo questionada na esfera judicial são registrados levando-se em consideração o conceito de “obrigação legal”. Os depósitos judiciais realizados em garantia das ações judiciais em curso estão contabilizados na rubrica “Depósitos judiciais” no ativo não circulante.

As provisões mantidas no balanço patrimonial referem-se às perdas decorrentes de litígios, com base nas probabilidades estimadas a partir da avaliação de seus assessores jurídicos, classificados como perda provável ou quando exigido pelas normas contábeis em vigor e no histórico de perda em casos semelhantes. As atualizações das provisões ocorrem mensalmente, acrescidas dos juros correspondentes.

As provisões são reavaliadas nas datas das demonstrações financeiras e ajustadas para refletir a melhor estimativa corrente. Se já não for mais provável que seja necessária uma saída de recursos que incorporam benefícios econômicos futuros para liquidar a obrigação, a provisão é revertida.

A Companhia é parte em diversos processos judiciais ou discussões administrativas oriundas do curso normal de seus negócios, o que inclui ações trabalhistas, cíveis, ambientais e tributárias.

3 Impostos a recuperar

O saldo é assim apresentado:

	<u>30/04/2024</u>
Impostos sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS	26.281
Outros	<u>151</u>
	<u>26.433</u>

4 Partes relacionadas

Referem-se a saldos com coligadas e pessoas físicas relacionadas, observadas as condições específicas, definidas entre as partes. Estão apresentados nos ativos e passivos não circulante, conforme a seguir:

	30/04/2024	
	ATIVOS	PASSIVOS
Agropecuária Nossa Senhora do Carmo S.A. - Em recuperação judicial	8.666	-
Virgolino de Oliveira S.A. Açúcar e Alcool - Em recuperação judicial	-	1.426
Açucareira Virgolino de Oliveira S.A. - Em recuperação judicial	-	9.381
R.O. Serviços Agrícolas S.A. - Em recuperação judicial	18.254	-
Pessoas físicas	-	156.633
	26.920	167.440

5 Imobilizado

A composição do ativo imobilizado é assim apresentada:

Descrição	30/04/2024			31/03/2024
	Custo	Depreciação		Líquido
		Acumulada	Líquido	
Lavouras de cana-de-açúcar	-	-	-	-
Terrenos e propriedades	33.449	0	33.449	33.449
Edifícios e benfeitorias	13.576	(13.300)	276	-
Obras em andamento	95	-	95	95
Mais valia - Ganho de capital de bens	200.814	-	200.814	200.814
Outras imobilizações	8.862	(8.732)	130	409
	256.796	(22.032)	234.764	234.767

A movimentação mensal é assim apresentada:

Descrição	Saldo em	Adições	Depreciações	Baixas / Reclassif.	Saldo em
	31/03/2024				30/04/2024
Lavouras de cana-de-açúcar	-	-	-	-	-
Terrenos e propriedades	33.449	-	-	-	33.449
Edifícios e benfeitorias	-	-	-	276	276
Obras em andamento	95	-	-	-	95
Mais valia - Ganho de capital de bens	200.814	-	-	-	200.814
Outras imobilizações	409	-	(4)	(276)	130
	234.767	-	(4)	-	234.764

6 Salários a pagar e encargos sociais

	<u>30/04/2024</u>
Salários e encargos a pagar	70
Provisão de férias e encargos	18
Provisão para 13 salário e encargos	<u>3</u>
	<u>91</u>

7 Impostos e contribuições a recolher

	<u>30/04/2024</u>
Tributos Estaduais	43.305
Tributos Federais	281.340
Tributos Municipais	2.216
FGTS - Fundo de Garantia por Tempo de Serviço	54.757
Tributos Sindicais	<u>1.707</u>
	<u>383.325</u>

Como mencionado na Nota 1, em fevereiro de 2023, a administração firmou o Termo de Transação Individual com a Procuradoria Geral da Fazenda Nacional – PGFN, no qual todo o passivo tributário federal, inclusive o Fundo de Garantia por Tempo de Serviços – FGTS, será liquidado, e eventuais processos judiciais ou administrativos existentes serão encerrados.

8 Contas a pagar no PRJ

Representa os montantes a pagar aos credores do Plano de Recuperação Judicial, e possuem a seguinte classificação:

	<u>30/04/2024</u>
Credores Classe I	61.188
Credores Classe II	19.804
Credores Classe III	15.554
Credores Classe IV	3.592
Credores Extraconcursais	<u>1.892</u>
	<u>102.030</u>

9 Provisão para contingências

A Companhia, no curso normal de suas atividades, está sujeito a processos judiciais de natureza tributária, trabalhista, cível e ambiental. A Administração, apoiada na opinião de seus assessores legais e, quando aplicável, fundamentada em pareceres específicos emitidos por especialistas na mesma data, avalia a expectativa do desfecho dos processos em andamento e determina a necessidade ou não de constituição de provisão para contingências.

Foi provisionado o montante de R\$ 11.794, o qual, na opinião da Administração e de assessores legais, é suficiente para fazer face às perdas esperadas com o desfecho dos processos trabalhistas, cíveis e tributários em andamento. A contrapartida do ajuste da contingência foi efetuada na conta de outros resultados operacionais líquidos.

Adicionalmente, existem outras demandas judiciais de natureza tributária, trabalhista e cível, cuja probabilidade de perda considerada pelos consultores jurídicos da Companhia é de perda possível. Por consequência das práticas contábeis adotadas no Brasil, estas não foram provisionadas nas demonstrações financeiras e foram estimadas em R\$ 33.059.

10 Patrimônio líquido

a. Capital social

O capital social está dividido em 813.334.000 ações ordinárias nominativas sem valor nominal.

b. Dividendos

Aos acionistas são assegurados dividendos mínimos de 10% sobre o lucro líquido do exercício, após a constituição da reserva legal.

11 Receita operacional

O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência, e tem a seguinte apresentação:

	<u>30/04/2024</u>
Receita bruta das vendas	471
(-) Impostos sobre vendas	<u>(10)</u>
Receita líquida das vendas	<u>462</u>

12 Despesas gerais e administrativas

	<u>30/04/2024</u>
Despesas com pessoal	487
Despesas tributárias	3.325
Serviços de terceiros	85
Insumos e materiais	43
Diversos	<u>22</u>
	<u>3.963</u>

13 Resultado financeiro

	<u>30/04/2024</u>
Receitas Financeiras	
Outras receitas financeiras	<u>44</u>
	44
Despesas financeiras	
Juros sobre atualização de Impostos a recolher / Outros	<u>(27.863)</u>
Despesas financeiras	<u>(27.863)</u>
Resultado financeiro líquido	<u>(27.819)</u>


CARMEN APARECIDA RUETE DE OLIVEIRA
CPF: 848.781.698-34


GIOVANI RODRIGO PRAIS
CONTADOR CRC 1/SP/248302/O-1

* * *